



**GOVERNO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER**

**Interessado: Secretaria de Saúde**

**Processo n. 9/2017-00028 (serviço de propaganda volante)**

**Assunto: Termo aditivo de Valor**

Versa o presente parecer acerca do requerimento formulado pela Secretaria Municipal de Saúde, sobre a possibilidade de aditamento do Contrato n° 20180121 referente ao pregão n. 9/2017-00028 para contratação de propaganda volante.

A Secretaria responsável justifica a necessidade do aditivo, para suprir a necessidade nos meses seguinte, haja vista que a quantidade não será suficiente.

Quanto ao acréscimo do valor, representa um aumento do objeto do percentual de 25% para o item descrito no pedido, conforme solicitação nos autos.

Verifica-se que o contrato administrativo firmado entre as partes em consonância com a Lei de Licitações prevê a possibilidade solicitada, senão vejamos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Entretanto, deve-se salientar que o § 1º menciona uma limitação a esta possibilidade, vejamos:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras,



**GOVERNO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...).

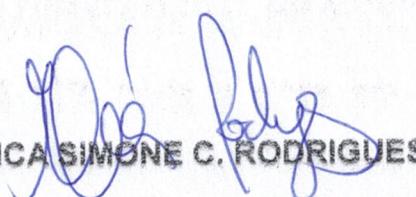
No caso em tela, verifica-se que o presente aditivo compreende 25% do valor original pactuado, dentro do limite previsto no § 1º II do Art. 65 da Lei 8.666 de 1993.

Constata-se que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato encontra-se em vigor, tendo em vista que o seu vencimento ocorre em 31/12/2018. No que se refere à regularidade fiscal da contratada, sugerimos anexar aos autos os certificados de regularidade com o INSS, FGTS, bem como, a Certidão Negativa de Débitos Municipais.

Diante do exposto e desde que presente o interesse público, ressalvados os aspectos técnicos e financeiros, que fogem à competência desta Assessoria Jurídica, opinamos pela confecção do 1º Termo Aditivo de quantidade, em exame, com fulcro no art. 65, II, b, §§ 1º e 6º da Lei nº 8.666/93, pois está em perfeita consonância com a legislação da espécie.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

São Miguel do Guamá, 29 de junho de 2018.

  
**ERICA SIMONE C. RODRIGUES**

**Assessoria Jurídica**